

POR QUEM OS SINOS DOBRAM? AS IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA PARAENSE

Guilherme Carvalho¹

CONTEXTO EM QUE SE DÁ A EXPANSÃO

A crescente demanda mundial por matérias-primas e alimentos, aliada às crises climática e ambiental, reforça a condição histórica imposta à Amazônia como fornecedora de produtos e serviços para o atendimento de poderosos interesses exógenos; estes, as verdadeiras forças que sustentam a reprodução ampliada do próprio sistema capitalista, materializada no processo que se convencionou denominar de globalização. Entre as pressões atuais, destacamos:

O aumento da demanda mundial por proteínas animal e vegetal: a população do planeta consome cada vez mais carne (de gado, porco e frango), soja e outros produtos agrícolas por conta da melhoria da capacidade de consumo de milhões de pessoas – de chineses, por exemplo –, como também devido às mudanças nos hábitos alimentares principalmente das novas gerações, enquadradas ao sistema “mcdonaldiano” ou premidas pelas circunstâncias do cotidiano. A Amazônia aparece então como propícia à expansão do agronegócio em vista do atendimento dessa demanda, colocando sobre pressão terras ocupadas por agricultores(as) familiares e populações tradicionais;

O aumento da demanda por energia: a Amazônia está sendo preparada para tornar-se a grande província energética brasileira, visando atender as demandas de todas as regiões do país. Segundo os cálculos do professor Osvaldo Sevá (Unicamp), se todas as barragens previstas e/ou defendidas

1 Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pelo Naea/UFPA e coordenador da ONG Fase – Programa Amazônia. Correio eletrônico: gcarvalho67@gmail.com.

para serem erguidas na Amazônia forem efetivamente executadas, serão 302 até 2050;

O aumento da demanda por minério: China e Japão são atualmente os maiores consumidores de minério de ferro brasileiro. Cerca de 80% da produção tem como destino aqueles países. A Vale e outras empresas multinacionais, como a Alcoa, desenvolvem intenso trabalho de levantamento de jazidas, buscando controlar vastas extensões do território amazônico. Os conflitos com comunidades remanescentes de quilombos,² indígenas, extrativistas, ribeirinhos, agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e populações de pequenas e médias cidades têm sido frequentes;³

A demanda por madeira e o esgotamento de estoques na Ásia: a indústria madeireira da Malásia e de outros países da região poderá entrar em crise nos próximos anos por causa do esgotamento do estoque lá existente, em razão da intensidade da exploração predatória com que a atividade é realizada. É possível constatar, por exemplo, que a abertura de rodovias no Peru tem sido acompanhada do aumento da extração ilegal de madeira. Nesse contexto, a Pan-Amazônia se afirma como região estratégica para o setor. Como bem sabemos, a exploração ilegal de madeira na Amazônia brasileira historicamente tem caminhado lado a lado com a grilagem de terras, o desmatamento e a formação de pastos ou de áreas para a agricultura intensiva;

*A financeirização da natureza:*⁴ Grandes bancos e empresas descobriram que podem faturar alto transformando componentes da natureza em mercadorias, desde o uso da água para produzir energia até a polinização das flores executadas pelas abelhas, passando pela compra e venda do direito

2 Ver *Relatório sobre conflitos Quilombolas/Vale no Maranhão*, elaborado pela organização Justiça nos Trilhos: <www.justicanostrilhos.org/nota/738>.

3 Ver Faustino e Furtado (2013).

4 “Hoje, ao que tudo indica, de acordo com a minha experiência na Amazônia, está se fortalecendo a lógica da acumulação, ou seja, do desenvolvimento e da produção. Em nível global, estamos diante da mercantilização de novos elementos da natureza. Como dizia Karl Polany no início do processo de industrialização: ‘Elementos que não foram produzidos para a venda no mercado se tornaram mercadorias fictícias, e com essa ficção se criaram mercados reais’. Hoje, estou usando essa ideia de Polany para mostrar que o ar, a vida e a água estão sendo transformados em mercadorias fictícias.

Mas por que Polany dizia isso? Porque a sociedade deve entender esse problema e estabelecer pressões e ações para limitar a força da mão invisível do mercado, mediante as políticas públicas. Se o Estado e a sociedade não estabelecerem os limites, a mercantilização avança em todos os setores, como está realmente avançando” (Becker, 2009, p. 65-66).

de poluir através das bolsas de valores – a *carbonificação* da economia.⁵ Portanto, as crises climática e ambiental se tornaram novas oportunidades de negócios para o capital globalizado, mesmo que a situação do planeta continue a piorar, e que isto venha a colocar em risco a nossa sobrevivência enquanto espécie. Nesse contexto, a Amazônia, por sua biodiversidade e o importante papel que cumpre para o equilíbrio do clima da Terra, se tornou uma excelente oportunidade de negócios para os defensores de mecanismos como a REDD+⁶, REDD Plus, MDL⁷ e outros.

5 “(...) Assim, uma nova mercadoria é criada sob a forma de redução de emissões. O carbono é agora rastreado e comercializado como qualquer outra mercadoria. Isto é conhecido como o ‘mercado de carbono’ ou como o sistema *cap and trade*, que significa meta e comércio.

O objetivo do sistema de metas é tornar o processo mais barato para todos os envolvidos. Ou seja, se é mais barato para a empresa ‘A’ reduzir suas emissões do que para a empresa ‘B’, a melhor escolha econômica em termos de custo-benefício é deixar que ‘B’ continue poluindo como normalmente, acima do permitido, comprando de ‘A’ o excesso de redução de suas emissões. Neste caso, o preço pago por ‘B’ pelos créditos comprados de ‘A’ é menor do que seria o custo de ‘B’ para reduzir suas emissões até o valor permitido. O preço cobrado por ‘A’ pelos créditos de reduções é maior do que seu custo para baixar as emissões que excedem o permitido. Assim, as duas empresas ganham. A empresa ‘A’ ganha dinheiro com a comercialização da permissão de emitir e ‘B’ gasta menos” (Furtado, 2012, p. 45).

6 Eis o que nos diz Lohmann sobre os projetos de Redução da Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD) nas terras dos índios Yasuni, no Equador: “Los proyectos REDD tienen impactos negativos en las comunidades indígenas, en sus territorios, en sus economías y en sus culturas, dan paso a la monetarización de las responsabilidades. Se lleva la conservación de los bosques al terreno de los negocios. Se mercantiliza y privatiza el aire, los bosques, los árboles y la tierra misma. Es finalmente un acto de ceguera mercantil en torno a la urgencia de iniciar un giro hacia una civilización post petrolera.

La instrumentación de los proyectos REDD no evita la extracción masiva y depredadora de recursos naturales, orientada al mercado mundial, causante no solo del subdesarrollo, sino también de la crisis ambiental global. Al contrario, estos proyectos REDD podrían actuar, en la práctica, como un incentivo para que las comunidades permitan operaciones extractivistas, que de otra manera serían rechazadas en sus territorios. REDD, en síntesis, recoge el espíritu de los espejitos con los que los europeos iniciaron la conquista de América” (Lohmann, 2012, p. 16-17).

7 O mecanismo de desenvolvimento limpo “permite que um país com o compromisso de redução de emissões no âmbito do Protocolo de Quioto (Anexo 1) adquira Reduções Certificadas de Emissões (RCE) geradas por projetos implementados em países que não fazem parte do Anexo 1. Os projetos nos países do Sul Global devem reduzir ou remover CO₂, gerando um ativo financeiro, transacionável, denominado RCE. Esses créditos podem ser usados para cumprir a meta de redução no Protocolo ou podem ser vendidos. A redução de emissões e/ou aumento de remoções de CO₂, decorrentes da atividade do projeto, é medida em toneladas de dióxido de carbono equivalente

Como parte desse processo, desencadeou-se uma ampla estratégia para garantir o acesso, uso e controle de vastas extensões do território amazônico aos conglomerados econômicos vinculados ao agronegócio, à mineração, à produção de energia e à exploração madeireira em grande escala. Tal estratégia foi condensada na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), no plano internacional, e, internamente, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ambos se retroalimentam, pois buscam conectar diversas parcelas do território sul-americano ao fluxo global de mercadorias, ou, dito de outra forma, à globalização capitalista. Ao Brasil é fundamental que a Iirsa seja plenamente implementada, pois os projetos previstos para serem executados no seu âmbito favorecem a exportação de produtos – as *commodities*, em especial – a distintos mercados do planeta e articulam-se perfeitamente aos objetivos e projetos do PAC. A Iirsa também possibilita aos setores empresariais com grande participação no mercado internacional importar insumos fundamentais à efetivação de seus negócios, como produtos químicos para os monocultivos de soja, algodão e dendê, entre outros. Além disso, ela possibilita a grandes grupos econômicos brasileiros, associados ou não a conglomerados econômicos estrangeiros, acessar os mercados dos países vizinhos através da execução direta das obras, da venda de equipamentos ou prestando serviços de assessoria (elaboração de projetos, por exemplo). Além disso, o Brasil utiliza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar a compra de empresas estrangeiras por parte de grupos econômicos brasileiros – consolidando sua atuação enquanto multinacionais –, bem como realiza empréstimos aos países vizinhos a fim de viabilizar a execução de obras.

Além disso, os Estados nacionais desencadearam uma série de reformas estruturais para viabilizar a integração econômica sul-americana e a conexão dos seus territórios ao mercado globalizado. Dentre elas podemos citar: mudanças nos marcos legais para viabilizar a privatização de empresas públicas e/ou a constituição das chamadas parcerias público-privadas; flexibilização da legislação ambiental; reformas administrativas; facilidades para a entrada e saída de capitais etc.

Por fim, é preciso ressaltar que a Pan-Amazônia é fundamental para viabilizar a integração econômica sul-americana. Nesse particular, o que se percebe é que três grandes estratégias geopolíticas se articulam e se con-

(tCO₂e). Uma unidade de RCE é igual a uma tonelada de dióxido de carbono” (Furtado, 2012, p. 53).

frontam a todo momento nessa região, cada uma buscando satisfazer seus interesses de diferentes formas e sem que saibamos onde tais conflitos e/ou alianças nos levarão; são elas: a chinesa, a estadunidense e a brasileira. As três se beneficiam da lirsã e das reformas estruturais em andamento. A elas interessam acessar, usar e controlar a maior quantidade possível de territórios e de componentes da natureza neles disponíveis, bem como entrar nos mercados internos dos diferentes países. Contudo, a luta para impor sua hegemonia na região os leva a momentos de atritos em diferentes graus e intensidades. Onde isso nos levará? A incerteza parece impor-se com toda força.

AGROCOMBUSTÍVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO?

De acordo com Flexor (2012), há alguns fatores que contribuíram para impulsionar a produção de agrocombustíveis no Brasil, destacando: a) a existência de políticas governamentais como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB); b) a elevação do preço do barril do petróleo no mercado internacional; c) considerações ambientais, como a de que o biodiesel causa menos danos à atmosfera; d) considerações geopolíticas ressaltando a inserção do Brasil no cenário internacional e sua tentativa de liderar o debate em torno da sustentabilidade da produção de agrocombustíveis;⁸ e) as inovações tecnológicas, cabendo destacar aqui o papel exercido pela Embrapa. Por outro lado, o mesmo autor resalta também que a elevação dos custos da produção – com matérias-primas, financiamentos etc. –, e dos preços dos alimentos, as incertezas quanto aos mecanismos de regulação do setor e a falta de padrões internacionais

8 A estratégia do governo brasileiro vem sendo a de estimular a produção de etanol e biodiesel em outros países e regiões. Com isto, pretende assegurar aos países importadores alternativas aos produtos brasileiros, desfazendo a hipótese de que possa vir a se formar um novo cartel de países produtores de combustíveis e, assim, viabilizando o reconhecimento do etanol e do biodiesel como *commodities* internacionais.

A Petrobras Biocombustíveis participa ativamente deste processo. O BNDES, braço financeiro do governo, inclui os agrocombustíveis entre os setores prioritários no processo de internacionalização das empresas brasileiras. A Embrapa já possui diversos escritórios em outros países, incluindo as técnicas brasileiras de plantio no pacote oferecido aos países-alvo desta parceria produtiva. Algumas iniciativas neste sentido já estão em andamento, envolvendo acordos internacionais, projetos de financiamento e obtenção de terras em países com potencial de produção (Schlesinger, 2012, p. 8).

são questões que remaram no sentido contrário. Ou seja, se constituíram enquanto fatores que reprimiram a expansão da produção de agrocombustíveis no Brasil.

Flexor observa ainda que, a partir da segunda metade dos anos 2000, a agenda internacional centrou-se na busca de soluções para a grave crise econômica que se espalhou por todos os continentes. Além disso, os alimentos mantiveram-se com preços elevados durante o período. E isto, evidentemente, acabou contribuindo para um certo arrefecimento da empolgação em torno dos agrocombustíveis. No caso do Brasil, a descoberta do pré-sal acabou centralizando o debate político-econômico. Seja como for, as dificuldades citadas por Flexor não paralisaram as ações voltadas à expansão da produção dos agrocombustíveis no nosso país, mas revelaram a complexidade inerente ao tema, como bem demonstraram Vianna *et al.*:

A discussão sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira está centrada em um conjunto de argumentos que cobrem desde as dimensões da inclusão social e da organização dos agricultores até manifestações implícitas de interesses corporativistas setoriais, passando pelas questões ambientais (2009, p. 96).

Aliás, o argumento de que a produção de agrocombustíveis teria grande capacidade de promover a inclusão social dos agricultores familiares através da geração de renda e emprego e de alocação de infraestrutura de transporte, comunicação e energia foi muito utilizado pelos governos federal e estadual para convencer algumas lideranças sindicais e suas organizações de que o dendê realmente viria para atender expectativas historicamente relegadas pelo Estado brasileiro. Contudo, havia ainda a defesa de que a produção em larga escala de oleaginosas para a produção de combustíveis beneficiaria o ambiente por conta da menor emissão de gases poluentes. Além disso, há considerações importantes acerca da necessidade de iniciarmos um processo de transição para uma sociedade pós-petróleo, que nos tire da dependência desse tipo de combustível e contribua para que milhões de pessoas melhorem sua qualidade de vida:

De todo modo, quero fazer uma ressalva. Não devemos esquecer que os biocombustíveis são apenas parte de uma visão maior do que chamo de *civilização moderna de biomassa*, porque a biomassa é alimento, é forragem, é adubo verde, é bionergia, é material de construção, é matéria-prima industrial, é fármaco, é cosmético. Há um mundo de coisas que podemos produzir a partir da biomassa, em bases sustentáveis, usando a ciência, a biotecnologia, para aumentar a produtividade, por um lado, e para abrir o

leque de produtos derivados, por outro. *Creio que este é o caminho de um desenvolvimento socialmente incluyente e sustentável desde que tomemos o cuidado de organizar a produção de biomassa de tal maneira que inclua aqueles milhões e milhões de agricultores familiares em base ao conceito de trabalho decente – pois não se trata de condená-los a uma miséria perpétua.*

Acho que este desafio vale a pena ser considerado.

Uma outra ressalva é que não devemos pensar que a produção de biomassa esgota a problemática do desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural comporta ao mesmo tempo a geração de um grande número de empregos decentes não agrícolas e, portanto, é a partir desses conceitos que podemos realmente pensar num novo ciclo de desenvolvimento rural, moderno e baseado nos conceitos de desenvolvimento incluyente e sustentável (Sachs, 2009, p. 33-34 – grifos nossos).

Em princípio, não há qualquer discordância quanto ao potencial da biomassa de gerar energia de forma sustentável como também de promover diversas outras atividades produtivas, inclusive com alto valor agregado. Todavia, quando adentramos no campo da ciência e da tecnologia, sobre o papel que ambas podem desempenhar nesse processo, a situação se complexifica um pouco mais. O caso da Embrapa é exemplar. Grande parte dos seus estudos e dos recursos humanos e materiais disponíveis é voltada ao atendimento das demandas do agronegócio e, como efeito disso, de poderosas empresas de fertilizantes e produtos químicos; recordemos a atuação da instituição para potencializar o cultivo de soja no cerrado brasileiro; ou, ainda, seu empenho na atualidade para adaptar a soja e/ou a cana de açúcar em solo africano.⁹ Os impactos socioambientais negativos da expansão

9 “Entre 2003 e 2010, o presidente Lula visitou 29 países africanos – alguns mais de uma vez –, totalizando mais visitas ao continente do que a somatória das visitas de todos os presidentes anteriores. Nessas visitas, foram firmados inúmeros acordos econômicos e foram criadas diversas organizações empresariais, como no caso do lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Gana, em 2005. O Brasil também renegociou a dívida de vários países africanos num valor que ultrapassou 1 bilhão de dólares e representou cerca de 75% do total das dívidas renegociadas pelo governo brasileiro nesse período. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) intensificaram seu apoio e financiamento às exportações brasileiras para o continente africano; em 2008, os incentivos concedidos às empresas brasileiras para exportar para a África – no âmbito do “Programa de Integração com a África” – resultaram no desembolso de R\$ 477 milhões, elevando-se para R\$ 649 milhões em 2009. (...) *A agricultura também tem sido um campo fértil de colaboração, e a Embrapa tem fornecido – desde seu escritório de Gana – assistência técnica a indústria de algodão em Benin, Burkina Faso, Chade*

desses monocultivos são alvo de denúncias internacionais. Os setores da Embrapa que atuam no desenvolvimento de tecnologias adaptadas às especificidades da agricultura familiar, ou que trabalham com base nos princípios da agroecologia, são significativamente menores do que aqueles vinculados ao agronegócio. Portanto, não é possível desconsiderar o fato de que ciência e tecnologia também são formas de exercício de controle e mesmo de dominação,¹⁰ e que elas não atendem a todos da mesma maneira.

Quanto à inclusão dos agricultores familiares na produção de oleaginosas para a produção de combustível, no caso da expansão do dendê na Amazônia paraense, tal inclusão se dá de forma a converter esse segmento numa espécie de prestador de serviços às grandes empresas do setor, como a Agropalma, BioVale, BioPetro, Marborges, ADM e outras.¹¹ Isto porque seus modos de vida alteram-se substancialmente. O que temos visto em municípios como Moju, Acará, Concórdia do Pará, Abaetetuba e Tailândia é que os agricultores deixam de executar determinadas atividades que antes complementavam seu trabalho na terra – como a pesca, o extrativismo, o artesanato etc. – para dedicar-se quase exclusivamente à produção do dendê. Isto porque o plantio e os cuidados exigidos são tão grandes que mal lhes sobra tempo para outros afazeres. Observamos que o cultivo de

e Mali, com algumas empresas brasileiras que produzem soja, cana-de-açúcar, milho e algodão no continente africano (...).” (Fiori, 2013, p. 47 – grifos nossos).

- 10 Herbert Marcuse tomou como ponto de partida estas análises para demonstrar que o conceito formal de racionalidade que Max Weber extraiu da ação racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial, da pessoa jurídica e abstrata e do funcionário moderno, e que associou a critérios da ciência e da técnica, tem implicações determinadas com conteúdo próprio. Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou “racionalização”, não se implanta a “racionalidade” como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta. (...) Por conseguinte, a “racionalização” das relações vitais segundo critério desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político. Na sua crítica a Max Weber, Marcuse chega a esta conclusão: “O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas ‘posteriormente’ e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é ‘material’ e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica” (Habermas, 1968, p. 46-47).
- 11 Ver Nahun e Malcher (2013).

hortas ou o plantio de mandioca, macaxeira, cará, arroz, milho e demais espécies historicamente cultivadas naquelas localidades são delegadas às mulheres e filhos, ou são realizadas por pessoas contratadas. Essa falta de tempo para a produção de alimentos não ocorre somente no Pará, mas é algo que acontece em outros lugares onde há o cultivo do dendê em larga escala, como a Indonésia. Segundo Winnie Overbeek, cientista ambiental e coordenador da World Rainforest Movement (WRM), essa situação pode ter efeitos negativos para o nosso país:

“Eu acho que isso é um perigo para o Brasil”, afirma Winnie, sobre as dificuldades que os(as) agricultores(as) brasileiros(as) terão por conta do menor tempo para produzirem alimentos para si próprios e para o consumo local, além do tamanho reduzido de suas propriedades. Além desse fator, o cientista esclarece ainda que, em qualquer região onde o dendê se expande, a produção de alimentos reduz, porque não há tempo ou espaço suficientes para essa produção, o que fará com que a população passe a comprar seus alimentos. Este processo diminuirá, inclusive, a demanda de reforma agrária, por ser esta um incentivo à produção de alimentos, pois o processo de produção de palma ocupará as terras férteis (entrevista, novembro de 2013).

Empresas como a BioVale e a BioPetro tentaram impor o monocultivo do dendê a qualquer custo aos agricultores familiares. Alguns se submeteram a tal imposição. Todavia, parcela expressiva das famílias passou a não aceitá-lo, ainda mais diante da elevação do preço de produtos típicos da cultura regional, como a farinha. O fato é que essa pressão vem fazendo com que as empresas revejam seu posicionamento. Atualmente há muitos casos de agricultores que plantam dendê consorciado com outras espécies, sejam elas frutíferas ou madeireiras. E, no município de Igarapé-Miri, a BioPetro abandonou seu projeto – ao menos temporariamente – de ampliar a produção de dendê por conta da renhida resistência dos agricultores de não plantar somente a palma africana.

A elevação do preço da farinha instalou um grande debate no Pará questionando se isto se devia ao fato de que áreas antigamente utilizadas na produção deste item básico da alimentação da população paraense foram convertidas para o plantio do dendê. Os argumentos favoráveis ou contrários a essa tese são muitos. O que podemos dizer é que nossas andanças por diferentes municípios e comunidades revelam a crescente mudança no padrão alimentar da população, através do consumo de enlatados e/ou de produtos que anteriormente eram cultivados pelos próprios agricultores, como arroz e feijão. Esse fato é importante de ser ressaltado porque, de

acordo com Sachs, a segurança alimentar não pode ser comprometida por conta da produção de oleaginosas. Para ele, isto é uma condição importante:

Por outro lado, todo o debate sobre o biocombustível deve partir da premissa de que o biocombustível não deve prejudicar a segurança alimentar. Se não tomarmos isso como base, corremos o risco de criar cenários em que há gente morrendo de fome porque o abastecimento do carro foi privilegiado em relação ao problema humano.

A questão, em última instância, é saber qual é o potencial dos solos cultiváveis e a quantidade de água disponível que permita produzir tanto a segurança alimentar como uma certa quantidade de biocombustíveis (Sachs, 2009, p. 34 – grifos nossos).

Além dos problemas relacionados aos riscos que a expansão do dendê pode provocar à segurança alimentar, há ainda a disseminação de conflitos socioambientais abarcando as áreas onde ocorre o plantio daquela oleaginosa. Em Concórdia do Pará, por exemplo, moradores da comunidade quilombola Foz do Cravo, localizada no Ramal do Curuperé, reclamam da contaminação dos igarapés que cortam suas áreas, cujas nascentes se encontram nas terras da BioVale, no município do Acará, e deságuam no rio Bujaru. Problema semelhante nos foi relatado por moradores da comunidade do Murutinga, em Abaetetuba. Eles nos contaram que as mulheres têm dificuldades para lavar roupas e realizar diferentes afazeres domésticos por conta da coceira e de outros problemas de pele provocados pela água, que, segundo estes, está contaminada pelo plantio do dendê.

Fotografia 1 – Plantio da BioVale no município do Acará



O plantio de dendê da BioVale em Acará abarca milhares de hectares. Contudo, segundo a Vara Agrária do Ministério Público Estadual, a empresa não possui sequer licença ambiental para desenvolver tal atividade naquela área. Enquanto isso, os agricultores familiares sofrem diversos constrangimentos para garantir sua reprodução socioeconômica, como dificuldade para acessar financiamento para plantar macaxeira, mandioca ou outras espécies que fazem parte da sua cultura alimentar ou experiência produtiva, caso tenham alguma pendência bancária. Contudo, quem quiser plantar dendê já não sofre problema semelhante e pode obter novos recursos mesmo que tenha contraído dívidas anteriores. Além disso, há problemas relacionados à deficiência da assistência técnica e extensão rural, ou mesmo da precariedade da infraestrutura de transporte.

Por sua vez, no município de Bujaru nos deparamos com os problemas decorrentes do represamento da água pela barragem construída pela BioVale. A água utilizada pelas comunidades do entorno não somente teve seu volume diminuído como também se tornou inadequada para o consumo humano e dos animais criados pelos moradores do local. Além disso, há queixas contra o desmatamento provocado pela expansão do dendê, que, entre outras consequências, causou a diminuição da produção de mel, atividade econômica relevante desenvolvida pela cooperativa que atua no local.

Fotografia 2 – Ramal da Mariquira, km 29, município de Bujaru



O reordenamento socioterritorial decorrente da expansão do dendê também promove a alta no preço da terra, constituindo-se, dessa forma, em mais um mecanismo de pressão sobre agricultores, quilombolas e outros segmentos sociais que não estão inseridos na lógica do mercado de agrocombustíveis. A BioVale foi uma das empresas que adquiriu grandes quantidades de terras, inclusive de agricultores familiares, para expandir sua atividade. Ocorre que tal procedimento colocou em xeque o argumento de que o plantio de dendê tinha capacidade de incluir os agricultores familiares e melhorar suas condições de vida. Ora, como acreditar nesse discurso se a cada dia novas famílias vendem suas terras por conta do brutal assédio de corretores a serviço das empresas? Tal fato fez com que o governo federal exercesse alguma pressão sobre empresas como a BioVale para que mudassem seus procedimentos para a aquisição de terras. A partir de então, as empresas passaram a adquirir grandes fazendas em vez de lotes individuais. Isto porque elas já vinham sendo preparadas para receber o plantio do dendê. Ou seja, já “estavam limpas”. Uma estratégia adotada foi forçar os vendedores de terras a desmatar o máximo possível as áreas antes de efetivar o negócio. Com isso, as empresas buscavam livrar-se de qualquer denúncia futura por parte dos órgãos ambientais de que teriam desmatado as terras compradas. Esse fato é comumente citado nas comunidades visitadas por nós.

Fotografia 3 – Placa encontrada na propriedade da BioVale, entre Bujaru e Concórdia do Pará



A apropriação de vastas extensões de terras também dificulta a mobilidade dos moradores de diferentes comunidades que se localizam aos fundos dos dendezaís, como ocorre no Acará. Além disso, dificulta a caça, a pesca e outras atividades que antes eram realizadas cotidianamente pelos trabalhadores. Em Abaetetuba, uma empresa simplesmente invadiu a área do quilombo Acarati, derrubou a mata e iniciou o plantio do dendê. Somente depois que o Ministério Público Estadual entrevistou que o governo do estado negociou outra área para a empresa desenvolver sua atividade. Uma situação um tanto quanto inusitada, já que a empresa agiu ilegalmente e mesmo assim foi beneficiada pelo poder público.

Em Tomé-Açu e em Moju, a disputa pela terra tem se acirrado nos últimos anos. Em Tomé-Açu ao menos quatro moradores de áreas quilombolas foram assassinados em 2013. Já no Alto Moju, próximo a Tailândia, a situação é grave de acordo com moradores do local. Segundo os relatos colhidos houve, inclusive, queima de casas de agricultores a mando de fazendeiros interessados nas suas terras para desenvolver a pecuária e o plantio de dendê. A situação fundiária nos locais onde se expande o cultivo da palma africana é complexa, e, ao que parece, empresas e fazendeiros têm se utilizado do “esquentamento” de papéis podres para regularizar suas propriedades, contrariando, dessa forma, vários dispositivos legais.

Por fim, duas outras questões que demonstram a fragilidade do argumento da inclusão social através do plantio do dendê. A primeira diz respeito às cláusulas draconianas a que estão submetidas as famílias de agricultores nos contratos que regem as relações entre elas e as empresas. O contrato elaborado pela BioPetro, por exemplo, dá a esta livre acesso aos lotes dos agricultores. O contrato em questão permite à empresa entrar nos lotes “sempre que julgar conveniente, para verificar a regularidade das condições do plantio e do solo, prestar a assistência necessária, bem como fiscalizar a execução do presente contrato” (Repórter Brasil, 2013). Além disso, obriga os agricultores a cumprirem estritamente o que estabelece o contrato, a fim de não correrem o risco de sofrer punições, como a retenção, por parte da empresa, do pagamento pela compra do dendê. Ou ainda a exigência de que a área utilizada para o cultivo da palma africana seja exclusiva para este fim. Como dissemos anteriormente, tal cláusula vem sendo paulatinamente modificada por conta da pressão exercida pelos agricultores familiares. O fato é que há grande desproporção entre os deveres impostos aos agricultores e os direitos que lhes são reconhecidos:

De acordo com João Augusto Araújo Paiva, gerente geral de Produção da Diretoria de Biodiesel da Petrobras Biocombustíveis (PBio), as cláusulas contratuais que garantem o acesso da empresa às terras de seus parceiros, bem como as que definem as práticas de manejo, devem garantir o bom desempenho do dendezal e sua produção, fator de interesse tanto da Petrobras como dos agricultores.

Já a exigência de que o dendê seja cultivado sem consorciamento com outras culturas é real, mas a Petrobras teria encomendado estudos à Embrapa para que desenvolvesse manejos alternativos, neste sentido. ‘Confirmo que esta cláusula existe, mas vamos tentar mudar isso, já pedimos estudos à Embrapa’, explica João Augusto Paiva. Questionado sobre a incapacidade de muitas famílias de manterem seus dendezais e cultivarem roças, o gerente da Petrobras disse que a empresa tem procurado prioritariamente fechar parcerias com agricultores que se comprometem a não abandonar as roças. ‘Claro, não está no contrato, mas é uma das condições para a parceria’ (Repórter Brasil, 2013).

A segunda está relacionada às condições de trabalho nas áreas de plantio das empresas. O trabalho realizado na fixação das mudas exige grande esforço físico, pois cada uma pesa entre 25 a 30 quilos. Para ganhar um pouco mais do que o salário mínimo, os trabalhadores precisam plantar a maior quantidade possível de mudas. Durante a visita que realizamos em conjunto com a ONG Repórter Brasil no município de Igarapé-Miri encontramos uma pessoa que atuava como “gato” naquela região, que afirmou ter em suas equipes de trabalho jovens que consumiam cocaína para poder “aguentar o tranco”. Segundo ela, somente dessa maneira eles conseguiam aumentar sua produtividade e, dessa forma, adquirir alguns reais a mais ao final de cada mês. Contudo, afirmou também que os mesmos gastavam grande parte dos salários para pagar os fornecedores da cocaína, que, ainda de acordo com ela, atuavam dentro das áreas de plantio (Repórter Brasil, 2013). Tal fato era ou não do conhecimento das empresas? Não obtivemos resposta a essa pergunta.

Em que pese todo o discurso justificador da expansão do plantio da palma africana na Amazônia, o que parece evidente é que tal estratégia de forma alguma está sendo executada para favorecer os agricultores familiares. Os impactos socioambientais negativos são vários: a) contaminação de solos, subsolos e de lençóis freáticos; b) agravamento das condições de saúde dos habitantes de locais próximos aos plantios; c) recrudescimento da violência no campo; d) concentração fundiária; e) êxodo rural etc. Não

obstante, uma parcela dos dirigentes sindicais e de lideranças comunitárias acredita que pode tirar proveito do plantio da palma africana. Contudo, o monocultivo jamais mostrou ser um bom caminho para a superação das desigualdades sociais e a afirmação de direitos. E a abundância de fatos nessa direção ocorre no Brasil, na Indonésia, na Colômbia e em diferentes países africanos. Por quem os sinos dobram? Esta é outra pergunta a nos perturbar.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B., Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, *in*: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Mineração e violações de direitos: o projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S. A. *Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil), 2013.
- FIORI, José Luis. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI, *in*: *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Clacso/Flacso. Disponível em: <biblioteca.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20130610051040/LulaeDilma.pdf>.
- FLEXOR, G. Agrocombustíveis: situação atual e implicações políticas. Exposição realizada durante a oficina Agrocombustíveis, segurança alimentar e sustentabilidade: construindo estratégias comuns de ação. ONG ActionAid. Rio de Janeiro, 6 e 7 de dezembro de 2012.
- FURTADO, F. *Ambientalismo de mercado: economia verde e mercado de carbono no Rio de Janeiro*. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs). Rio de Janeiro, 2012.
- HABERMAS, J. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70; LDA; Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 1968.
- LOHMANN, L. *Mercados de carbono: la neoliberalización del clima*. Quito: Alberto Acosta y Esperanza Martinez edit.; Diciones Abya-Yala, 2012.
- NAHUN, J. S.; MALCHER, A. T. C. Território, campesinato e dendeicultura na Amazônia: um olhar sobre a microrregião de Tomé-Açu, *in*: SILVA, C. N. da *et al.* (org.). *Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense*. 1ª ed. Belém: Gapta/UFPA, 2013, p. 201-223.
- OVERBEEK, W. Dendê: o avanço do monocultivo ameaça a agricultura familiar na Amazônia paraense. Entrevista concedida à Fase/Programa Amazônia.

- Série: Entrevistas sobre a Amazônia, nov. 2013. Disponível em: <www.fase.org.br/v2/subindex.php?id=6>.
- REPÓRTER Brasil. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará, 2013. Disponível em: <reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>.
- SACHS, I. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, *in*: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHLESINGER, S. Cooperação e investimentos internacionais do Brasil: a internacionalização do etanol e do biodiesel. Fase/Núcleo Justiça Ambiental e Direitos (Fase/NJAD). Rio de Janeiro, 2012.
- VIANNA, J. N. S.; WEHRMANN, M. E. de F.; DUARTE, L. M. G. Os desafios da bionergia para o desenvolvimento sustentável no Brasil, *in*: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.